

Historiografia Recente da História da Saúde Pública em São Paulo

Maria Alice Rosa Ribeiro¹

Este texto pretende realizar um balanço da produção historiográfica da história da saúde pública no estado de São Paulo. Trata-se de avaliar a historiografia acadêmica – livros, artigos, teses e dissertações –, produzida nos últimos anos, mais precisamente nas três últimas décadas, analisando as perspectivas temáticas empregadas e a utilização de fontes, os seus limites e lacunas.

O objetivo é indicar uma agenda de pesquisas, apontando os campos abertos às novas investigações de temas e fontes ainda pouco exploradas. Para se atingir esse propósito foi feito um recorte da historiografia paulista da história da saúde pública, no qual foram contemplados seis tópicos a saber: a política de saúde pública; a institucionalização das ciências; a formação dos profissionais; a biografia de médicos, cientistas e outros profissionais; a história das epidemias e das doenças e a saúde pública e a urbanização.

Nas últimas duas décadas se produziu uma coleção e um volume considerável de trabalhos sobre a história da saúde pública de São Paulo que justificam a realização de uma revisão e uma análise do que foi produzido e o que falta ser pesquisado.

A historiografia sobre a história da saúde pública no estado de São Paulo vem abordando a saúde pública, por meio de diferentes óticas. Um rastreamento nos trabalhos produzidos nos últimos 20 anos permite vislumbrar a diversificação no tratamento dado ao tema. Percebe-se, desde logo, que o entendimento da saúde pública ganhou uma perspectiva bem mais ampla, envolvendo desde a definição da política de saúde, como parte das políticas sociais do Estado, à institucionalização das ciências microbiológicas, à incorporação dos princípios das ciências modernas, à organização de institutos de pesquisa científica e de produção de medicamentos (vacinas, soros, etc.), à presença da população como elemento-chave das campanhas contra epidemias e outras doenças; a difusão de conhecimento no campo das ciências correlatas à saúde pública, por meio das sociedades de médicos e cirurgiões e da formação de pessoal para o setor: médicos, enfermeiros, parteiras, cientistas, químicos, farmacêuticos, educadoras sanitárias etc., por meio das faculdades, escolas e hospitais.

O campo da saúde pública é constituído por uma vasta rede de hospitais, entidades filantrópicas, centros de saúde, serviço sanitário, inspetorias sanitárias, institutos de pesquisa biomédica, indústria farmacêutica e bioquímica, laboratórios de análise, escolas e sociedades de médicos e cirurgiões etc. Para proceder à revisão aqui proposta va-

mos nos ater a instituições de caráter público ou de utilidade pública sem fins lucrativos. Dessa forma, empresas e organizações privadas com fins lucrativos estão excluídas. Quanto à periodização foram selecionados trabalhos que estudaram do período colonial até a primeira metade do século XX (1554 a 1950). Quanto ao espaço geográfico, os trabalhos escolhidos contemplam o espaço ocupado pela capitania de São Paulo que dará lugar à província de São Paulo, depois estado de São Paulo, com foco para as cidades do interior, do litoral e para a cidade de São Paulo. Uma vez delimitado o critério de escolha dos trabalhos de história da saúde pública, cabe uma última ressalva: serão considerados estudos feitos por cientistas sociais, historiadores, sociólogos, economistas, arquitetos, médicos e sanitaristas, privilegiando abordagens beneficiadas pelas diferentes formações acadêmicas dos autores.

Política de Saúde Pública: sentido e perspectivas

Vamos começar o balanço pelo tema da definição da política social de saúde pública. Nesse tema vamos encontrar os trabalhos que tratam a saúde pública de uma forma mais ampla, abordando as mudanças estruturais e os diferentes sentidos dados à política de saúde em cada momento histórico.

Sem medo de errar pode-se citar como um dos primeiros trabalhos o de Emerson Mehry “O capitalismo e a saúde pública” (1985). No livro, o autor busca os motivos do surgimento das práticas sanitárias no estado de São Paulo. Demarca como início das práticas sanitárias a criação do Serviço Sanitário, em 1892, com os primeiros momentos do regime Republicano.

Em relação aos estudos até então produzidos, com uma clara referência ao clássico trabalho de Rodolfo dos Santos Mascarenhas, “Contribuição para o estudo da administração sanitária estadual em São Paulo” (1949), a proposta de Mehry é inovadora, pois pressupõe as práticas sanitárias como constitutivas de relações sociais e da formação do Estado burguês capitalista nos fins do século XIX e início do XX. A contribuição do trabalho é trazer uma interpretação para as práticas sanitárias no âmbito da formação do Estado capitalista, fugindo dos estudos descritivos e daqueles que não encontram nenhuma questão para ser investigada e problematizada na saúde pública.

¹ Bacharel em Ciências Econômicas, Mestre em História, Doutora e Livre Docente em História Econômica e Professora Adjunta do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Campus de Araraquara. Contato: marr@terra.com.br

Até então, os estudos sobre saúde pública foram marcados por estudos ora descritivos ora comemorativos e apologéticos, concebendo a saúde pública, como um mero arrolamento de datas, de acontecimentos sucessivos e de nomes de médicos considerados quase sempre como os grandes benfeitores do povo.

Com foco na formação histórica brasileira e nas ideologias de mudança na saúde pública originadas não de movimentos populares, mas dos centros do poder, vale dizer, das oligarquias, Luiz Antonio de Castro Santos² aborda, no seu artigo "A Reforma Sanitária 'Pelo Alto'..." (1993), a reforma sanitária dos fins do século XIX e começos do século XX como uma experiência que marca o pioneirismo da elite paulista no campo da saúde pública. Segundo o autor os aparelhos de Estado tiveram uma participação destacada no processo de modernização que passa a ser controlado por cima pelas classes dominantes. Para o autor a própria ausência de uma Revolução Burguesa à européia é o elemento chave para explicar a apropriação dos aparelhos do Estado pela oligarquia rural que impôs uma modernização autoritária. A consolidação das atividades de saúde pública em São Paulo serve de caso concreto de análise para ilustrar a especificidade do Estado forjado pela classe dominante.

Outro estudo que se inscreve nas preocupações da formação do Estado liberal e da política da saúde pública é o de Massako Lyda, "Cem anos de saúde pública: a cidadania negada". Nele a autora privilegia a dimensão política, analisando a formação dos serviços de saúde no âmbito da formação do estado capitalista, adotando uma perspectiva mais abrangente.

Dentro do contexto da formação dos serviços de saúde pública há o trabalho de Rodolfo Telarolli Jr. intitulado "Poder e Saúde. As epidemias e a formação dos Serviços de Saúde em São Paulo". No livro o autor busca as relações entre a formação dos serviços sanitários e a sociedade da época, privilegiando as relações entre o estado da arte, ou seja, o conhecimento científico disponível sobre as patologias, e o modelo de organização dos serviços sanitários. Sem deixar de considerar o papel político do Estado republicano na gestão da saúde pública, o autor percorre as práticas sanitárias estabelecidas entre 1889 e 1911, definindo o último ano como sendo o de encerramento do "modelo campanhista-policial" adotado pela política de saúde pública. A febre amarela aparece com o fio condutor da formação dos serviços sanitários. O autor traz à luz aspectos da vida material e da dimensão política relacionados à formação dos serviços de saúde. Compõe o contexto histórico por meio da caracterização do complexo cafeeiro, da expansão das ferrovias e da imigração. Ressalta o modelo político da Primeira República, como sendo o da configuração do Estado liberal na economia e autoritário nas práticas políticas. A saúde pública refletiu o modelo oligárquico na relação entre o poder estadual e os municípios. A forma de política baseada na troca de

favores levou a formação do que o autor chama de "pacto coronelista" na gestão da saúde pública.

Um trabalho pouco citado e merecedor de atenção é o de Wilson Roberto Gambeta "Soldados da saúde. A formação dos serviços de Saúde Pública em São Paulo. 1889-1918", dissertação defendida em 1988 e que não foi publicada. Gambeta aborda a eclosão da febre amarela, a formação do que ele chamou de um "exército sanitário" e os espaços visados pela estratégia sanitária – campo e cidade. O próprio título da dissertação já denota a visão do autor sobre a formação dos serviços de saúde pública, como sendo a constituição de um contingente de pessoal técnico especializado para combater a invasão da doença, no caso específico, a febre amarela. A utilização da metáfora da formação da corporação militar perpassa o texto de Gambeta. A batalha vencida resultou da estratégia de cerrar fileiras, de impor disciplina higiênica e de criar o 'Estado Maior Sanitário'. O sentido maior dado à organização do Serviço Sanitário pelo autor é o de novo instrumento de controle social empregado por meio da vigilância, do isolamento, das demolições de prédios, da reforma sanitária da cidade, dos expurgos dos habitantes dos cortiços e das incinerações dos pertences dos imigrantes. Na eclosão da epidemia de varíola, o autor sintetiza o sentido maior que dá à política de saúde como ações mais de caráter militar do que educativa. A contribuição de Gambeta é trazer para a história da saúde pública a população que muitas vezes cumpria passivamente as determinações dos inspetores sanitários e outras vezes reagia com revoltas e protestos.

Muito embora a metáfora usada pelo autor seja criativa e adequada, ela também é simplificadora, não permite perceber outros componentes da organização dos serviços de saúde pública. Não se pode reduzir a definição de uma política de saúde pública de caráter permanente e amplo, como se processou no estado de São Paulo à formação de um instrumento de controle da população pobre exclusivamente.

Ao estudarmos a política de saúde nos fins do século XIX percebe-se que pela primeira vez o Estado é colocado frente às questões de saúde pública de uma forma ampla. O Estado assume a responsabilidade pelas condições da saúde coletiva. Porém suas ações não se resumiram às campanhas contra as epidemias de febre amarela, varíola, febre tifóide, cólera e outras, as quais envolveram os serviços de isolamento hospitalar, de desinfecções e de vacinação e outras ações empreendidas muitas vezes contra a vontade da população, mas que, por outro lado, seguiam as orientações e o conhecimento das causas e das terapias das doenças da época.

Ao lado das ações sanitárias e higiênicas, uma das mais significativas mudanças foi a construção de uma vasta organização representada pelas instituições responsáveis pela pesquisa em saúde pública, sendo que algumas existem até hoje. Sem dúvida, os institutos científicos e a seção de demografia e estatística sanitária exerceram um papel fundamental, tanto quanto as campanhas, e representaram uma verdadeira mudança de sentido conferido à saúde pública.

Os institutos ligados ao Serviço Sanitário, Instituto Vacina

² Luiz Antonio de Castro Santos é autor de uma tese inédita entre nós defendida em 1987 na Universidade de Harvard intitulada "Power, Ideology and Public Health in Brazil 1890-1930". O artigo citado corresponde ao quarto capítulo da referida tese, no qual o autor aborda a experiência paulista.

nogênico, Instituto Adolfo Lutz, Instituto Butantan, Instituto Pasteur, representaram a incorporação das ciências e da tecnologia às atividades exercidas pelo Estado e foram fundamentais para a institucionalização das ciências e de sua difusão. Eles propiciaram a absorção do pensamento e do comportamento baseados nos modernos conhecimentos nos campos das ciências médicas (microbiologia, bacteriologia, anatomia, fisiologia etc.) e das ciências químicas e farmacêuticas. Concretizaram o processo de urbanização com as reformas urbanas de caráter sanitária, assim como abriram campo de oportunidades para o acesso de uma crescente classe média urbana às novas ocupações e profissões e ao ensino médico, farmacêutico etc, por meio da instalação da Escola de Farmácia e Odontologia (1898) e da Faculdade de Medicina (1913).

Institucionalização das Ciências

Um segundo conjunto de trabalhos compõe um outro tema constituído pela atuação das instituições de pesquisa – institutos de pesquisa biomédica: neste campo, a história da saúde pública acaba por trazer sua contribuição mais significativa à história das ciências, ou seja, as histórias se cruzam. Cabe apontar como trabalho seminal desta linha de abordagem o de Maria Amélia M. Dantes publicado no livro organizado pelo professor Shozo Motoyama intitulado: “História das Ciências no Brasil” (1980).

Outro estudo que antecede em alguns anos o período aqui analisado, mas mesmo assim merece referência, pois foi um marco inaugural nos estudos das instituições de pesquisa científica no Brasil foi o de Nancy Stepan, “Gênese e evolução da ciência no Brasil”, publicado em 1978, no qual a autora dedica um capítulo ao Instituto Bacteriológico e à atuação de Adolfo Lutz.

A produção científica biomédica paulista esteve até a década de 1930, ligada aos institutos públicos de pesquisa e não à universidade. Somente após este período a pesquisa começa a dar seus primeiros passos na Universidade. No caso de São Paulo, os institutos públicos de pesquisa estavam ligados diretamente à administração pública estadual, dentre eles sobressaem: Instituto Adolfo Lutz, Instituto Butantan, Instituto Pasteur e o Instituto Biológico.

Logo, os institutos de pesquisa constituíram-se os centros formadores dos cientistas paulistas e brasileiros, os transmissores dos métodos científicos, da concepção da pesquisa empírica - experimental, dos conhecimentos científicos e os divulgadores dos produtos de alto conteúdo científico por eles descobertos e fabricados tais como vacinas, soros etc. Eles foram os formadores das primeiras gerações de cientistas e pesquisadores conhecidos no país e no âmbito internacional.

Alguns estudos sobre os institutos de pesquisa científica voltada para a saúde pública devem ser destacados. O Instituto Adolfo Lutz, criado como Instituto Bacteriológico em 1892, foi objeto de pesquisa da dissertação de mestrado de Ana Maria Faccioli Camargo intitulada “Os impasses da pesquisa microbiológica e as políticas de saúde pública em São Paulo, 1892 a 1934” (1984). A autora recupera a trajetória de avanços e recuos da instituição diante do eterno problema de falta de recursos financeiros e de téc-

nicos para a execução das atividades de pesquisa básica e aplicada, serviços técnicos e científicos, assessoria, formação de recursos humanos e difusão de conhecimentos nos campos da medicina, da saúde e do saneamento, especificamente na área de Saúde Pública.

Um trabalho de caráter coletivo que deve ser citado dada a qualidade dos textos reunidos é o livro comemorativo dos 100 anos do Instituto Bacteriológico, de José Leopoldo Ferreira Antunes e outros, intitulado: “Instituto Adolfo Lutz. 100 anos do Laboratório de Saúde Pública” publicado em 1992.

Sobre o Instituto Butantan a coleção de pesquisas é bem mais significativa. Cabe mencionar Jaime Benchimol e Luiz Antonio Teixeira como autores da mais expressiva leva de trabalhos sobre o Instituto Butantan. A originalidade do livro, cujo título já encerra a natureza do tema abordado, “Cobras, lagartos & outros bichos”, está na vivacidade imposta pelos autores às disputas entre as instituições, a concorrência entre Manguinhos e o Instituto Butantan, e entre os cientistas, Arthur Neiva e Vital Brasil etc. Uma verdadeira “fogueira de vaidade” permeia a atividade dos cientistas e das instituições. Em meio às disputas, o conhecimento científico vai sendo forjado. O cotidiano da pesquisa científica é recheado por brigas, disputas e vaidades, mas também, por descobertas e por avanços no conhecimento de áreas da ciência até então inexploradas como o ofidismo e a produção de vacinas contra venenos de cobras e de outros bichos peçonhentos.

Há ainda outro trabalho, a dissertação de mestrado de Regina Cândida Gualtieri defendida na Faculdade de Educação da USP intitulada “O Instituto Butantan e a Saúde Pública (São Paulo: 1901-1927)”, (1994), cuja perspectiva é voltada para a questão da educação, mais especificamente, para avaliar as contribuições dos serviços prestados pelo Instituto Butantan para o ensino das ciências.

Sobre o Instituto Pasteur de São Paulo, o único instituto formado por parte da iniciativa privada e depois encampado pelo estado de São Paulo, há os trabalhos de Wilson Roberto Gambeta e outros e o de Luiz Antonio Teixeira. No primeiro “Instituto Pasteur de São Paulo 75 anos de atividades 1903-1978” (1979), os autores procuram acompanhar a trajetória da instituição criada para produzir a vacina anti-rábica à semelhança de outros Institutos Pasteur espalhados pelo mundo. No segundo, “Ciência e Saúde na terra dos bandeirantes: a trajetória do Instituto Pasteur de São Paulo no período de 1903-1916”, publicado em 1995, seu autor destaca a presença da pesquisa científica desenvolvida por Antonio Carini, um dos principais dirigentes do Pasteur, até a instituição ser encampada pelo estado em 1916. A tônica desses trabalhos é mostrar como os institutos difundiram um modelo de instituição científica, influenciando o desenvolvimento da microbiologia no Brasil³.

Um outro estudo sobre a difusão da ciência no Brasil, em especial em São Paulo, é o realizado por Luiz Antonio

³ Há outro trabalho sobre o Instituto Pasteur elaborado pela autora desse artigo. Da mesma autora, há outro trabalho sobre o Instituto Biológico que embora fosse vinculado à Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo trouxe contribuições para a saúde pública.

Teixeira sobre a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo – “A Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo: 1895-1914” (2001). Criada no auge da crise da epidemia de febre amarela, a sociedade reunia médicos clínicos, cirurgiões e inspetores sanitários para debaterem questões ligadas quer à clínica médica quer à saúde pública. Um dos momentos mais importante da atuação da sociedade foi quando da realização das famosas experiências que tiveram lugar no Hospital de Isolamento para comprovar a forma de transmissão da febre amarela.

Formação dos Profissionais Ligados à Saúde Pública

Ao lado das instituições públicas de pesquisa estão os estudos sobre a formação do pessoal ligado à saúde pública: médicos, pessoal de enfermagem, educadores sanitários etc. Há poucos estudos sobre o tema. Ressalto o trabalho clássico de Elza Nadai “Ideologia do progresso e o ensino superior (São Paulo, 1891-1934)” (1987) no qual um dos capítulos é dedicado à fundação da Faculdade de Medicina e o trabalho de Carlos Lacaz e Berta R. Mazzieri “A Faculdade de Medicina e a USP” (1995) que procura preservar o registro da memória da escola.

Há outros trabalhos importantes para a história da saúde pública sobre a formação de médicos e cientistas, em geral, fruto da pesquisa que serviu de base para teses ou dissertações de mestrado. Sobre a Faculdade de Medicina de São Paulo depois incorporada à Universidade de São Paulo, há os trabalhos de Lília B. Schraidber “Contribuição ao estudo da educação médica” (1980) e o de Gabriela S. M. C. Marinho “O papel da Fundação Rockefeller na organização do ensino e da pesquisa na Faculdade de Medicina de São Paulo” (1993), no qual a autora procura traçar a influência da Fundação Rockefeller na pesquisa em saúde pública e higiene desenvolvida na escola de medicina desde 1916 até a fundação do Instituto de Higiene, em 1918, mais tarde, Escola de Saúde Pública de São Paulo.

Sobre a Escola Paulista de Medicina há um conjunto maior de trabalhos o que demonstra um possível melhor acesso às fontes documentais e o maior interesse por essa escola que inovou no ensino médico com a construção de um hospital-escola e com o ensino orientado para a pesquisa básica. Como exemplos cito os trabalhos de Mara Helena de Andréa Gomes “Tradição e Progresso Técnico. A medicina e o ensino médico na Escola Paulista de Medicina” (1992); o de Regina C. R. Stella “Desempenho da Escola Paulista de Medicina e do Hospital São Paulo na formação e qualificação de pessoal na área da saúde” (1990); e o de Márcia Regina Barros da Silva “Construindo uma instituição: Escola Paulista de Medicina (1933-1956)” (1998).

Nos últimos anos, começaram a ser produzidos trabalhos sobre o pessoal ligado ao atendimento direto à população que, até então, estavam ausentes da história da saúde pública em São Paulo, a qual se restringia à atuação dos médicos. Penso, em especial, nos estudos que têm sido feitos sobre parteiras, pessoal de enfermagem, visitadoras sanitárias, educadoras sanitárias, o pessoal que atuava nos hospitais, Santa Casa de Misericórdia, Hospital de Isolamento e nos centros de saúde instalados

na segunda metade dos anos de 1920, depois da Reforma do Serviço Sanitário, Reforma Paula Souza, até os anos de 1950.

Dentre eles há o estudo sobre a formação de educadoras sanitárias de Heloísa Helena P. Rocha “A Higienização dos Costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Higiene de São Paulo (1918-1925)” (2003). O processo de criação do Instituto de Higiene faz parte de um acordo entre o governo do estado de São Paulo e a Fundação Rockefeller e dele resultou a formação de educadoras sanitárias e de médicos sanitaristas.

Um dos poucos estudos sobre a história da enfermagem em São Paulo é o de Maria Lucia Mott “Revendo a História da Enfermagem em São Paulo (1890 a 1920)” (1999). A autora percorre o processo de construção do perfil da profissão que implicou na colagem da profissão à condição feminina. Assim, na passagem do século XIX para o XX, os primeiros cursos de enfermagem orientavam a profissão ao gênero. Ainda no século XIX, na Santa Casa de Misericórdia antes da chegada das irmãs de São José para cuidar dos serviços de enfermagem, a profissão era exercida por homens e mulheres sendo cada um responsável pela enfermagem do sexo correspondente. O introdutor do serviço de enfermeiras em São Paulo foi o Hospital Samaritano da comunidade presbiteriana que criou o primeiro curso de enfermagem em 1894 (p.339). A questão que a autora se propõe a responder com sua pesquisa é: quais as razões que imperaram na transformação da enfermagem numa profissão essencialmente feminina na virada do século? A autora pesquisou a documentação dos acervos da Santa Casa de Misericórdia, do Hospital São Joaquim, da Sociedade Portuguesa de Benemerência, do Hospital Samaritano.

A mesma autora, Maria Lucia Mott, vem contribuindo com estudos sobre as parteiras. No seu artigo “As Parteiras e a assistência ao Parto em São Paulo nas Primeiras Décadas do Século XX” (2002), propõe-se a estudar as transformações nas formas de assistência ao parto nas primeiras décadas do século passado. Ainda no início do século, o parto era realizado predominantemente em casa. Somente mulheres pobres recorriam aos hospitais. A partir dos anos 1930, os médicos começaram campanha pró-parto nos hospitais, como sendo o lugar mais seguro para sua realização. O artigo busca responder a pergunta: “Qual o papel e o lugar das parteiras na sociedade paulista nas primeiras décadas do século face às mudanças ocorridas na assistência ao parto?”. Além da atuação das parteiras, o estudo aborda a fiscalização e o ensino referente à prática obstétrica.

Biografias de Médicos, Cientistas e Pessoas Ligadas à Saúde Pública.

Correlatos à formação acadêmica do pessoal ligado à saúde pública há os estudos biográficos que começaram a despontar entre nós nos últimos anos. Deixando de lado o tom hagiográfico, esses estudos têm trazido contribuição importante para o entendimento da sociedade paulista. Destaco o trabalho de Maria do Rosário Rolfsen Salles “Médicos Italianos em São Paulo (1890-1930)” (1997),

embora o estudo não possa ser considerado uma biografia propriamente dita, ele retrata o papel dos médicos italianos na difusão do pensamento, do ensino e da pesquisa científica. Nos anos vinte, um grupo de cientistas perseguidos pelo regime fascista (italiano) veio para São Paulo, reforçando com seus conhecimentos em ciências médicas básicas a comunidade científica local. Muitos eram professores e pesquisadores de universidades e institutos de pesquisa italianos, como Dino Vannucci, Archimede Busacca e Carlo Foá.

Outros dois estudos biográficos que merecem referências são os de Cristina de Campos "São Paulo pelas Lentes da Higiene: as propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a cidade de São Paulo" (2002) e o de Marta de Almeida "A República dos Invisíveis: Emílio Ribas, microbiologia e saúde pública em São Paulo 1898-1917" (2003). Ambos os estudos assumem enfoques distintos, com base na atuação dos dois mais importantes diretores do Serviço Sanitário de São Paulo: Emílio Ribas, um dos seus primeiros diretores entre 1898 e 1916 e Geraldo Horácio de Paula Souza entre 1922 e 1927. O enfoque sobre a atuação de Ribas privilegia seu papel na institucionalização das ciências microbiológicas, no reforço aos diagnósticos produzidos nos laboratórios bacteriológicos com emprego de instrumental de análise da ciência mais moderna da época. Já o trabalho de Cristina de Campos retrata a influência norte-americana na saúde pública, influência que se fez presente pela atuação de Paula Souza, como professor da Faculdade de Medicina, como fundador do Instituto de Higiene e como diretor do Serviço Sanitário e criador dos Centros de Saúde. Paula Souza e Borges Vieira foram os primeiros brasileiros agraciados com bolsa de estudos pela Fundação Rockefeller para estudarem saúde pública na Universidade de Johns Hopkins no Baltimore.

Ainda no tópico das biografias, há alguns estudos sobre a atuação feminina na saúde pública como o de Heloísa H. P. Rocha no artigo: "A Educação sanitária como Profissão Feminina" (2005). O estudo concentra-se na figura de Maria Antonieta Mendes de Castro uma das primeiras educadoras sanitárias de São Paulo, ligada intimamente à implantação da Reforma Paula Souza a partir de 1927, quando assume o cargo de educadora sanitária-chefe da Inspetoria de Educação Sanitária e Centros de Saúde. Com base nos documentos da biografada, a autora procura traçar a trajetória dessa professora primária, responsável pela difusão de uma nova ocupação no campo da saúde pública - a educadora sanitária .

A trajetória de Maria Antonieta Mendes de Castro acaba por cruzar com a de Pérola Byington por conta das ocupações do Serviço Sanitário com as elevadas taxas de mortalidade infantil em São Paulo, que se traduziram em iniciativas voltadas para a proteção à infância e à maternidade. Maria Lucia Mott destaca, em seu artigo "Estudos Biográficos e Filantropia: uma reflexão a partir da trajetória de vida de Pérola Byington" (2003), que Pérola Byington trouxe sua experiência adquirida na Cruz Vermelha americana e brasileira, essa última criada por Maria Renotte, para promover a organização da Cruzada Pró-Infância. Há nos estudos de Mott uma nova interpretação do papel das

mulheres da elite na criação de associações filantrópicas e do papel dessas entidades na prestação de serviços à população pobre

Numa época em que a política de saúde pública orientava-se para o estudo da prevenção e o atendimento das doenças infecto-contagiosas de caráter epidemiológico e, ao mesmo tempo, abria novos campos para a educação sanitária, muitos aspectos da saúde pública acabavam recebendo menor atenção. Em especial, o acompanhamento clínico individualizado de algumas moléstias, a própria intervenção cirúrgica e a obstetrícia não estavam no foco da saúde pública e passaram a receber atendimento de clínicos em consultórios, hospitais privados e entidades filantrópicas, como a Policlínica de São Paulo e a Cruzada Pró- Infância, que prestavam assistência médica à população pobre. No caso da Cruzada, fundada em 1930, sua organização foi motivada para combater às elevadas taxas de mortalidade infantil, por meio da assistência educacional e médica à criança e às mães. Do problema da mortalidade infantil, a obra de Pérola Byington estendeu-se à criação da Casa Maternal em 1939, pois não bastava apenas tratar um lado do problema era preciso ensinar princípios de higiene às mães e acompanhar o período de gestação e pós-parto. O estudo de Mott sobre a ação filantrópica de Pérola Byington baseou-se na documentação do arquivo da Cruzada Pró-Infância para o período de 1930 a 1963 (MOTT, BYINGTON, ALVES, 2005).

Outro trabalho que se insere também nos estudos das obras filantrópicas lideradas por mulheres no campo da saúde pública é o que, ao trazer a biografia de Maria Renotte, aborda o papel dessa professora belga como uma das primeiras mulheres a exercer a medicina em São Paulo. O artigo de Mott, "Gênero, Medicina e Filantropia: Maria Renotte e as mulheres na construção da nação" (2005), acompanha a formação profissional no Woman's Medical College of Pennsylvania (WMCP) e atuação de Maria Renotte como médica da Maternidade São Paulo e da Santa Casa de Misericórdia e como fundadora da Cruz Vermelha Brasileira, ressaltando seu papel na assistência médica à população pobre da cidade de São Paulo nos anos finais do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX.

Com respeito às fontes, esses novos estudos estão incorporando à história da saúde fontes documentais, até então, pouco exploradas ou mesmo sequer exploradas como a correspondência privada de pessoas ligadas às obras filantrópicas, a documentação das instituições hospitalares privadas, das entidades filantrópicas e as estatísticas de atendimento da população sem recursos nessas instituições.

História das Epidemias e das Doenças

Há poucos estudos sobre a história das doenças focando o inventário de idéias sobre as causas, profilaxias e os impactos sobre as condições de vida da população em suas dimensões culturais e materiais.

A febre amarela é uma das epidemias que recebe uma atenção especial, pois está associada à própria criação do Serviço Sanitário de São Paulo, assim sendo diversos estudos sobre saúde pública em São Paulo acabam por fazer

uma referência mais prolongada sobre a epidemia, cujos surtos ocorrerem entre 1889 e 1904. Entretanto, os estudos focados exclusivamente nela são raros. Um deles é o de Lycurgo de Castro Santos Filho e José Nogueira Novaes "A Febre Amarela em Campinas, 1889-1900" (1996).

A epidemia mundial de Influenza, não poderia privar a cidade de São Paulo de sua presença. Em 15 de outubro de 1918, a cidade de São Paulo foi declarada pestilenta. Sua trajetória foi semelhante à percorrida em outras tantas cidades daqui e da Europa. As rotinas desapareceram, cedendo lugar às improvisações. Muita gente morreu. Não se tem na memória da saúde pública uma epidemia que tenha feito maior número de vítimas em tão curto espaço de tempo. O período de maior intensidade foi de 23 de outubro a 30 de novembro de 1918, quando as delegacias de saúde pública atenderam cerca de 29.164. Arthur Neiva, diretor do Serviço Sanitário na época, e Washington Luís, Prefeito Municipal, determinaram as medidas possíveis diante da pandemia. Colégios, escolas, clubes, fábricas e instituições de caridade foram fechados e transformados da noite para o dia em hospitais e postos de saúde improvisados para atender os doentes.

A gripe espanhola tem sido objeto de vários estudos que recuperam os acontecimentos, as concepções para o seu combate e toda sorte de imagens e idéias que a população forjou sobre a epidemia. Um exemplo é o livro de Claudio Bertolli Filho "A Gripe Espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade" (2003) que trata de todos os acontecimentos que se seguiram a outubro de 1918 até o seu desfecho em janeiro de 1919.

No livro "Saúde: arma revolucionária. São Paulo 1891-1925" (1997), Liane Maria Bertucci trata também da pandemia de Influenza e de algumas outras epidemias pontuais: peste bubônica, em 1899; varíola, em 1908 e de doenças consideradas como ameaças permanentes: a tuberculose e o alcoolismo. A autora procura recuperar, por meio da imprensa operária, como fonte documental básica, o embate entre militantes operários das mais variadas tendências políticas e as autoridades sanitárias.

A hanseníase foi estudada por Yara Monteiro na sua tese de doutoramento "Da Maldição Divina à Exclusão Social: um estudo da hanseníase em São Paulo" (1995). O isolamento de São Paulo durante o período colonial preservou sua população do "mal de Lázaro" que já era endêmico em cidades como Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Somente com a corrida para as minas de ouro de Cuiabá a doença foi introduzida tornando-se logo endêmica em virtude da precariedade das condições higiênicas da população. Os primeiros portadores viveram de esmolas, indo de cidade em cidade, como nômades até que os primeiros governadores iniciaram a construção dos lazaretos. A situação dos portadores, os estigmas que carregaram o seu isolamento em asilos-cidades, tais como o asilo-colônia de Santo Angelo em Mogi das Cruzes, é o tema que Yara Monteiro percorre em seu estudo.

Outras doenças estão ainda à espera de estudos como sífilis, e as causas da alta mortalidade infantil na capital paulista dentre outras.

Saúde Pública e Urbanização

Entrecruzar dois temas de forma equilibrada: a reforma da saúde pública e o urbanismo é um dos campos que tem empolgado principalmente arquitetos e sociólogos. Ressalto o trabalho de Carlos R. de Andrade "A Peste e o Plano", (1992) sobre Santos e a reforma urbanista de cunho sanitário empreendida por Saturnino de Brito. O trabalho de Laura M. de M. Bueno "O saneamento na urbanização de São Paulo" (1994), também, procura resgatar a ligação entre a saúde pública e a construção da cidade moderna. Para outras cidades do interior do estado de São Paulo, há trabalhos sobre São Carlos e Rio Claro com o enfoque voltado para a explicitação das relações entre os problemas sanitários e as reformas urbanas. Cito o trabalho de Marili P. Junqueira "São Carlos em Tempos de Epidemia: imigração, saúde pública e urbanização (1877-1900)" (2004).

Conclusão

Desse balanço ainda incompleto, pois evidentemente não se esgotou e nem se tinha tal pretensão, pode-se retirar algumas conclusões. Os estudos sobre a história da saúde pública ampliaram suas perspectivas. Com novos temas e acesso às novas fontes primárias de documentação, como as mantidas por famílias, por hospitais, além daquelas existentes em acervos públicos. Há uma clara abertura de novas pesquisas sobre temas pouco explorados ou já explorados, mas agora sob a perspectiva de novas fontes.

Apesar do avanço constatado, há muita coisa a ser feita em quase todos os tópicos aqui abordados. Para encerrar, gostaria de sugerir uma breve agenda de pesquisa. Faltam estudos sobre a saúde pública ou questões ligadas à saúde e à doença da população no período colonial principalmente focando a atuação das Câmaras e de todos os que atuavam no exercício da cura. Os viajantes são uma das fontes importantes para esses estudos e, até agora, foram pouco explorados. A primeira metade do século XIX também se conhece muito pouco, depois de 1822 os relatórios dos presidentes da Província e relatos de viajantes poderiam auxiliar no mapeamento de doenças e métodos de tratamento. Doenças como varíola, hanseníase, dentre outras, estão pouco estudadas e o mesmo sobre a vacinação contra a varíola e os lazaretos e isolamentos. Há um outro período obscuro é a passagem do primeiro inspetor de higiene de São Paulo (1884) para a criação do Serviço Sanitário (1891/92). Outro período que se resente da falta de pesquisa é aquele dos anos de 1940 aos anos de 1950, justamente o processo de 'metropolização' da capital e de expansão das cidades do interior, crescimento das cidades com mais de 100 mil habitantes e migração campo-cidade. Há pouca coisa sobre a história da saúde pública. Nesse período há uma revolução na medicação com a entrada em cena dos medicamentos oriundos das sínteses químicas produzidas por grandes empresas farmacêuticas: os antibióticos. O confronto entre a tradição, "a farmácia do lar", "conselheiro médico do lar", o costume, até então em vigor, e a inovação tecnológica é exacerbado, entretanto conhecemos muito pouco disso. Com respeito ao tema gênero e saúde pública também há poucos trabalhos, principalmente, sobre o papel das educadoras sanitárias, de

enfermeiras, de parteiras, médicas e das cientistas. Pouco se sabe também sobre as endemias rurais como amarelo, malária, tracoma etc. Em contraste com a cidade, a saúde da população do campo se conhece muito pouco.

Enfim, nos próximos anos os historiadores da saúde pública poderão se dedicar à pesquisa e aos estudos, pois novos temas, velhos problemas e novas fontes de documentação não faltam.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, M. **A república dos invisíveis**: Emílio Ribas, microbiologia e saúde pública em São Paulo. 1988. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ANDRADE, C. R. M. **A peste e o plano**. 1992. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ANTUNES, J.L.F. (Org.). **Instituto Adolfo Lutz. 100 anos do Laboratório de Saúde Pública**. São Paulo: Letras & Letras, 1992.

BENCHIMOL, J.L.; TEIXEIRA, L. A. **Cobras, lagartos & outros bichos**: uma história comparada dos Institutos Oswaldo Cruz e Butantan. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/1993.

BERTOLLI FILHO, C. **A gripe espanhola em São Paulo, 1918**: epidemia e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (Coleção São Paulo, 5)

BERTUCCI, L. M. **Saúde**: arma revolucionária, São Paulo – 1891-1925. Campinas: CMU/ Unicamp, 1997.

CAMARGO, A. M. F. **Os impasses da pesquisa microbiológica e as políticas de saúde pública em São Paulo (1892 a 1934)**. 1984. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CAMPOS, C. **São Paulo pelas lentes da higiene. As propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a cidade de São Paulo**. São Paulo: Rima/FA-PESP, 2002.

CASTRO SANTOS L. A. O pensamento sanitário na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 28, n.2, 1985.

CASTRO SANTOS, L. A. A reforma sanitária "Pelo Alto": o pioneirismo paulista no início do século XX. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 36, n.3, 1993.

CASTRO SANTOS, L. A. Estado e saúde pública no Brasil 1889-1930. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, 1980.

GAMBETA, W.R. **Soldados da saúde. A formação dos serviços de Saúde Pública em São Paulo. 1889-1918**. 1988. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GOMES, M.H.A. **Tradição e Progresso Técnico. A medicina e o ensino médico na Escola Paulista de Medicina**. 1992. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

GUALTIERI, R.C.E. **O Instituto Butantan e a saúde pública (São Paulo: 1901-1927)**. 1994. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

IYDA, M. **Cem anos de saúde pública a cidadania negada**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

JUNQUEIRA, M.P. **São Carlos em tempos de epidemia**: imigração, saúde pública e urbanização (1877-1900). 2004. Tese (Doutorado) - Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

LACAZ, C.S.; MAZZIERI, B.R. **A Faculdade de Medicina e a USP**. São Paulo: Edusp, 1995

MARINHO, G.S. M.C. **O papel da Fundação Rockefeller na organização do ensino e da pesquisa na Faculdade de Medicina de São Paulo**. 1993. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MEHRY, E. **O capitalismo e a saúde pública**. Campinas: Papirus, 1985.

MONTEIRO, Y. N. **Da maldição divina à exclusão social**: um estudo da hanseníase em São Paulo. 1995. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOTT, M.L. Gênero, medicina e filantropia: Maria Renotte e as mulheres na construção da nação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 24, p. 41-68, jan./jun.2005.

MOTT, M.L. As parteiras e a assistência ao parto em São Paulo nas primeiras décadas do século XX. **Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo**, v.163, n.415, p. 67-84, abr./jun. 2002.

MOTT, M.L. Assistência ao parto: do domicílio ao hospital. **Projeto História**, v. 25, p.197-219, dez. 2002.

MOTT, M.L. Estudos biográficos e Filantropia: uma reflexão a partir da trajetória de vida de Pérola Byington. **Gênero, Revista de Estudos Transdisciplinar de Estudos de Gênero**, v. 3, n.2, p. 21-42, 2003.

MOTT, M.L. Revendo a história da enfermagem em São Paulo (1980-1920). **Cadernos Pagu**, n.13, p.327-55, 1999.

NADAI, E. **Ideologia do progresso e ensino superior (São Paulo 1891-1934)**. São Paulo: Ed. Loyola, 1987.

RIBEIRO, M.A.R. A cidade de São Paulo e a saúde pública (1554-1954). In: _____. **História da cidade de São Paulo**. A cidade no Império 1823-1889. São Paulo: Paz e Terra, 2004. V.2, p. 307-349

RIBEIRO, M.A.R. Lições para a história das ciências no Brasil: Instituto Pasteur de São Paulo. **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 3, n.3, p.467-84, 1997.

RIBEIRO, M.A.R. **História sem fim... inventário da saúde pública. São Paulo (1880-1930)**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

RIBEIRO, M.A.R. **História, Ciência e Tecnologia**: 70 anos do Instituto Biológico de São Paulo na defesa da Agricultura 1927-1997. São Paulo: Instituto Biológico de São Paulo, 1997.

ROCHA, H.H.P. A educação sanitária como profissão feminina. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 24, jan./jun, 2005

ROCHA, H.H.P. **A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Higiene de São Paulo (1918-1925)**. Campinas:

Mercado de Letras, 2003.

SALLES, M.R.R. **Médicos italianos em São Paulo (1890-1930)**. São Paulo: Sumaré, 1997. (Série Imigração)

SANTOS FILHO, L.C.; NOVAES, J.N. **A febre amarela em Campinas, 1889-1900**. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1996. (Coleção Campiniana, 2)

SCHRAIBER, L.B. **Contribuição ao estudo da educação médica**. 1980. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, M.R.B. **Construindo uma instituição: Escola Paulista de Medicina (1933-1956)**. 1998. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, M.R.B. **Estratégias da ciência: a história da Escola Paulista de Medicina (1933-1956)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

STELLA, R.C.R. **Desempenho da Escola Paulista de Medicina e do Hospital São Paulo na formação e qualificação de pessoal na área da saúde**. São Paulo: Escola Paulista de Medicina, 1990.

TEIXEIRA, L.A. **A Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo: 1895-1914**. 2001. Tese (Doutorado) Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TEIXEIRA, L.A. **Ciência e Saúde na terra dos bandeirantes: a trajetória do Instituto Pasteur de São Paulo no período de 1903-1916**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995.

TELAROLLI JR. R. **Poder e saúde. As epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.